



BRASIL

UM PAÍS DE TODOS

GOVERNO FEDERAL



***Política Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)
e estratégias de enfrentamento da violência e tortura***

- novembro 2010-



Marcos legais

Convenção sobre os Direitos da Criança + Riad, Beijing etc.

Constituição Federal

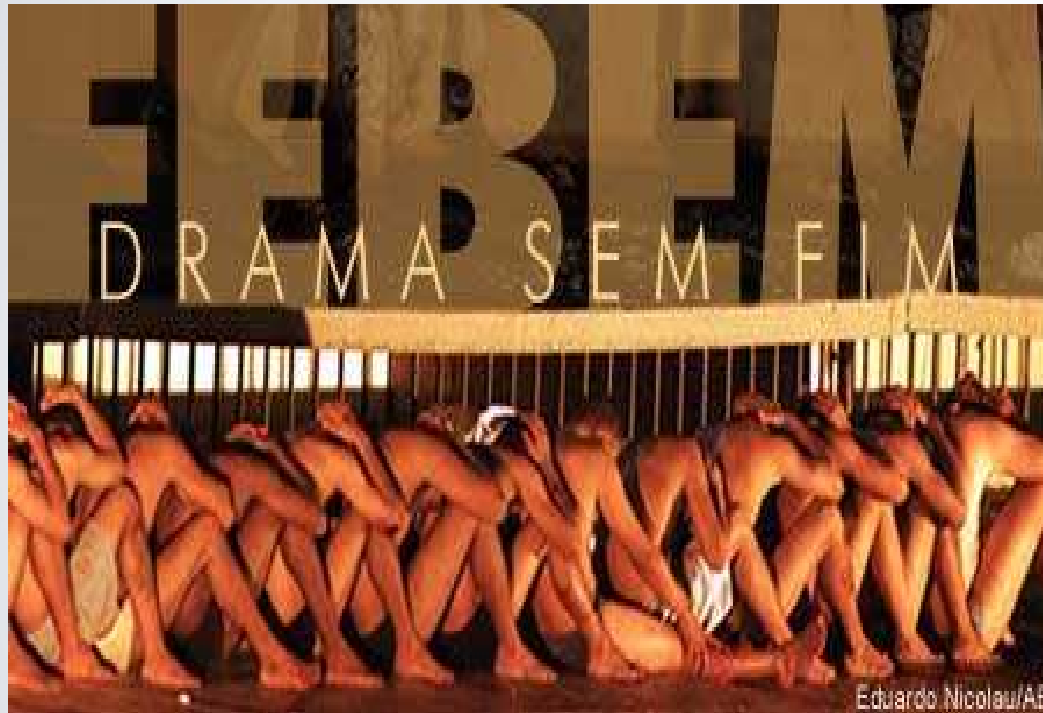
O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)

**Resolução 119/2006 do CONANDA:
Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE,2006)**

PL do SINASE (em tramitação)



Contexto de surgimento do Sinase





Política nacional de atendimento socioeducativo

Diretrizes do Sinase:

- excepcionalidade, brevidade e natureza retributiva/pedagógica das medidas
- primazia das medidas socioeducativas em meio aberto
- regionalização e municipalização
- padrões arquitetônicos
- intersetorialidade no atendimento
- Plano Individual de Atendimento
- Inscrição do Regimento Disciplinar nos Conselhos dos Direitos



Política nacional de atendimento socioeducativo

1. Iniciativas para a institucionalidade:

- Constituição de Comissões Intersectoriais no governo federal (desde 2006) e em 10 Estados
- Agenda Social Criança e Adolescente, lançada pelo Presidente Lula em 2007:
 - Projeto “Na medida certa”
 - Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
www.obscriancaeadolescente.gov.br
- Fórum de Dirigentes Estaduais do Sistema Socioeducativo (Fonacriad)
- Fórum de Justiça Juvenil (Fonajuv): Tribunais de Justiça + 03 Associações de Magistrados
- Aprovação na Câmara Federal do Projeto de Lei 134/2009, com tramitação atual no Senado



Política nacional de atendimento socioeducativo

2. Mobilização de redes:

- Fórum Nacional de ONGs (Fórum DCA)
- Associação Brasileira de Magistrados, Promotores e Defensores (ABMP)
- Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei (Renade):
(Centros de Defesa + Defensores+ Associações de Familiares)
- Rede Universitária

3. Gestão do Conhecimento e da Informação:

- Centros de Formação do SINASE (em 21 estados)
- Matriz Unificada, Comitê de Especialistas e Ensino à Distância (UnB)
- Curso de Especialização (em 03 estados)
- SIPIA SINASE



Política nacional de atendimento socioeducativo

4. Implementação de programas em meio aberto:

- Municipalização dos programas de meio aberto nas capitais:

40% em 2006

70% em 2007

100% a partir de 2008

- co-financiamento pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em 872 municípios
- 40% dos municípios brasileiros (2.226) com execução ainda pelo Judiciário (ano 2009)



Política nacional de atendimento socioeducativo

Co-financiamento SUAS x SINASE Meio aberto

| ATÉ MAIO DE 2010 | | |
|-------------------------------|------------------------------|------------------------------------|
| Nº MUNICÍPIOS | ADOLESCENTES | VALOR COFINANCIADO |
| 388 | 32.920 | 2.045.352 |
| A PARTIR DE JUNHO DE 2010 | | |
| Nº MUNICÍPIOS (junho 2010) | ADOLESCENTES (junho 2010) | VALOR COFINANCIADO (junho 2010) |
| 872 | 70.400 | 3.879.472 |



Política nacional de atendimento socioeducativo

5. Equipamentos:

- ✓ 250 unidades de internação;
- ✓ financiamento do governo federal em 39 obras, em 21 estados;
- ✓ mais de R\$ 128 milhões através da SDH e 20 milhões pelo Pronasci/MJ ;
- ✓ 8% das unidades do país construídas antes do ECA

| Região | Unidades | Padrão Sinase |
|--------------|----------|---------------|
| Norte | 30 | 37% |
| Nordeste | 47 | 42% |
| Centro-Oeste | 22 | 27% |
| Sudeste | 108 | 8% |
| Sul | 43 | 18% |



Política nacional de atendimento socioeducativo







Política nacional de atendimento socioeducativo





Política nacional de atendimento socioeducativo





Política nacional de atendimento socioeducativo

6. Apoio à Defesa Técnica e Jurídico-Social:

- ✓ 22 Núcleos Especializados de Defensoria Pública, em 9 estados
- ✓ 24 Centros de Defesa, em 17 estados
- ✓ Associações de Familiares, em 07 estados
- ✓ Anecd: 4 situações emblemáticas, envolvendo medicalização, reparação e tortura

7. Sistema de Justiça e Segurança:

- ✓ 131 Delegacias Especializadas, em 27 unidades da federação
- ✓ 19 Estados com Defensorias Especializadas
- ✓ 20 Centros Integrados, em 16 estados
- ✓ 93 Varas Especializadas, em 27 unidades da federação



Política nacional de atendimento socioeducativo

8. Apoio a Práticas Inovadoras: Justiça Restaurativa, Gênero , Semi-Liberdade e Prêmio Socioeducando (3ª Edição) e edição da Feira Nacional de Boas-Práticas

9. Ações do Conselho Nacional de Justiça:

- Pesquisa para implantação de Varas Especializadas
- Criação do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas
- Projeto “Medida Justa” (Fiscalização do Judiciário)
- Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei

10. Supremo Tribunal Eleitoral: sessões eleitorais nas unidades de internação para garantia do direito ao voto do adolescente interno



Alguns indicadores

- ✓ Brasil com 1,7% do total estimado de adolescentes internos no mundo (cerca de um milhão)
- ✓ Número de adolescentes internos corresponde a 0,05% da população de adolescentes brasileiros ou 0,008% da população geral
- ✓ Total de adolescentes internos corresponde a menos de 4% do total de presos no sistema penal brasileiro (446 mil)

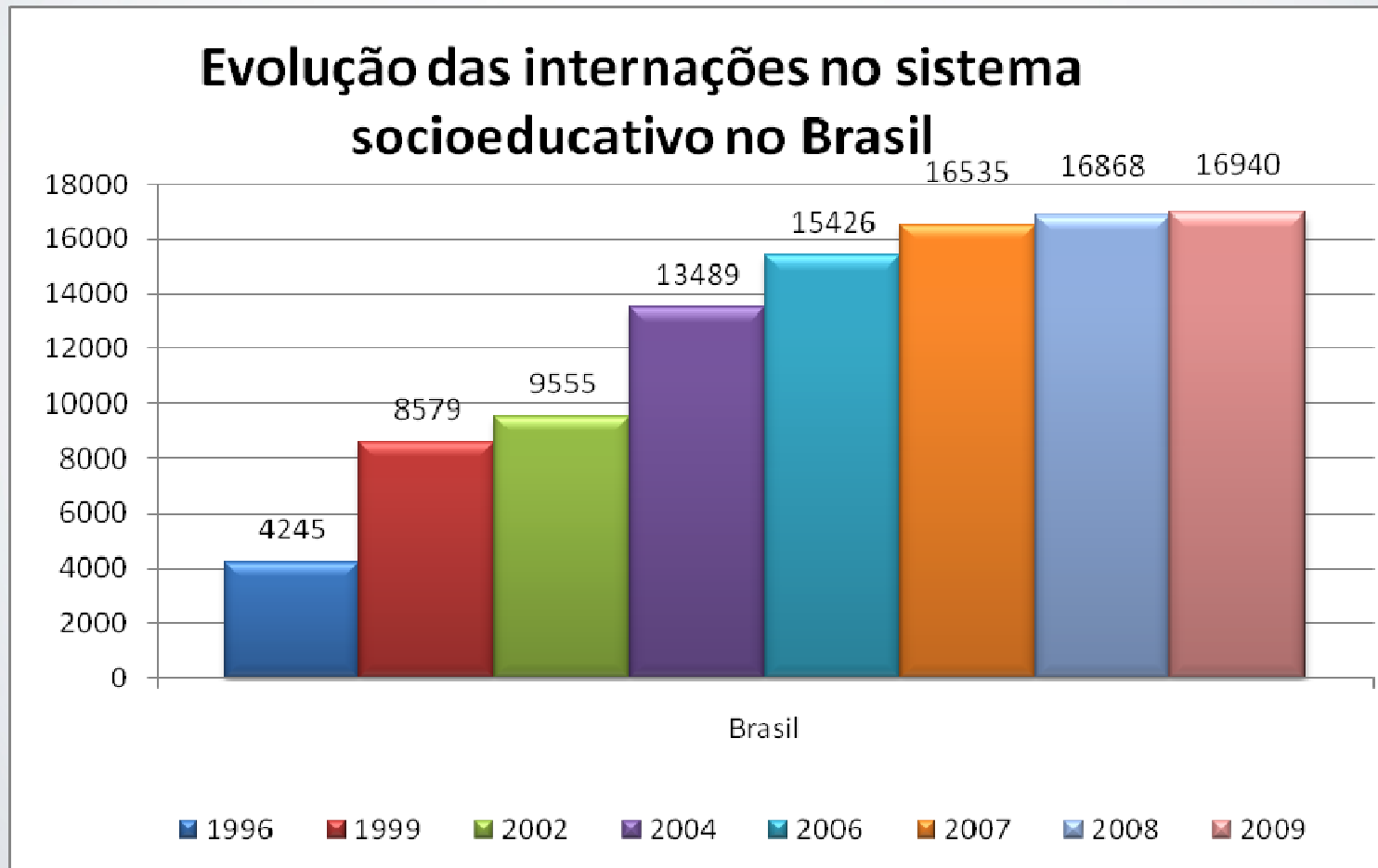
1. Diminuição da taxa geral de crescimento no meio fechado:

2006 a 2007= 7%
2007 a 2008= 2%
2008 a 2009= 0,4%

1996-2006= 363%
1996-1999= 102%
2006-2009= 9%



Alguns indicadores





Alguns indicadores

2. Diminuição da internação em 12 estados em 2009 (43% RJ e 35% MS, por exemplo)
3. Decréscimo da internação provisória em 16 estados em 2009
4. Aumento na semi-liberdade em 15 estados nos últimos três anos
5. Proporção entre as medidas de internação:

70% internação

21% internação provisória

9% semi-liberdade



Alguns indicadores

6. Os 10 estados com maior população de internos em 2010 e tendências nos últimos três anos:

- | | | |
|--------------|---|------|
| 1) SP: 6.506 | ↑ | (1) |
| 2) PE: 1.647 | ↑ | (2) |
| 3) MG: 1.172 | ↑ | (5) |
| 4) RS: 1.037 | ↓ | (3) |
| 5) CE: 985 | ↑ | (6) |
| 6) PR: 968 | ↑ | (7) |
| 7) RJ: 633 | ↓ | (4) |
| 8) DF: 609 | ↑ | (8) |
| 9) SC: 607 | ↑ | (11) |
| 10) ES: 508 | ↓ | (9) |



Dados de denúncias

1. Dados da I Semana Nacional de Mobilização pelo Direito de Defesa (Renade, 2009):
 - prazos processuais vencidos
 - privação de liberdade em espaços inadequados
 - unidades de internação insalubres;

2. Dados do Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo (SDH/PR, 2010):
 - 916 adolescentes em privação de liberdade sem medida socioeducativa (casos de pernoite, medidas de proteção ou abrigo temporário etc);

 - adolescentes em cadeias públicas (208 em Minas Gerais);

 - 20% de adolescentes internos, por determinação judicial, sem terem praticado atos com violência ou grave ameaça.



Dados de denúncias

3. Dados do Levantamento Nacional da Atenção à Saúde Mental (MS e SDH/PR, 2010):
 - Superlotação (em 64% das unidades do NE e em 52% das unidades do Sul), com unidades insalubres;
4. Recebimento de denúncias pela SNPDC/SDH em 2009 e 2010:
 - Tortura, agressões físicas e ameaças de morte nas unidades de internação: 65 denúncias
 - Mortes de internos por violência: 16 denúncias
 - Rebeliões, inícios de rebelião, tumultos e levantes: 05 denúncias
 - Funcionamento da Unidade Experimental de Saúde (SP)



Dados de denúncias

5. Aplicação de Medidas cautelares pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA):
 - São Paulo (Complexo do Tatuapé) – extinta
 - Distrito Federal (CAJE)
 - Espírito Santo (UNIS)
6. Determinações judiciais de interdição e fechamento de unidades de internação:
 - Educandário Santo Expedito (Rio de Janeiro)
 - CER São Lucas (Santa Catarina)
7. Reintegração funcional, por determinação do Tribunal de Justiça do Trabalho, de funcionários afastados por infrações disciplinares.



Ações de destaque em 2010

1. Pactuação do Governo Federal com Dirigentes Estaduais:
 - Medidas emergenciais para observância de padrões da vigilância sanitária;
 - Inclusão do sistema socioeducativo no Termo de Compromisso de Combate à Tortura, assinado pelos Estados;
 - Criação de Corregedorias e Ouvidorias;
 - Implementação de protocolos internacionais sobre monitoramento de unidades de privação de liberdade;
2. Finalização do Projeto Repensando a Proteção Jurídico-Social, parceria com a ANCED, com atuação em 4 situações emblemáticas, envolvendo medicalização, reparação e tortura
3. Reativação do Núcleo Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental



Obrigada!

Presidência da República
Secretaria de Direitos Humanos
Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

Carmen Silveira de Oliveira – Secretária Nacional

Tel: (61) 2025-3225/ Fax: (61) 2025-9603

E-mail: carmen.silveira@sedh.gov.br

Lucia Elena Rodrigues Junqueira – Coordenação-Geral do ProSINASE

Tel: (61) 2025-3959

E-mail: lucia.rodrigues@sedh.gov.br



BRASIL

UM PAÍS DE TODOS

GOVERNO FEDERAL